

Instalada a 1ª VT do Paraná com funcionamento eletrônico



O Tribunal do Trabalho da 9ª Região instalou, em 24 de agosto, a primeira Vara com funcionamento eletrônico da Justiça do Trabalho do Paraná. A VT servirá como laboratório para a instalação de outras duas Varas, também em Curitiba, no dia 18 de setembro **p.6**

Desembargador Ricardo da Fonseca assume cargo no TRT-PR

Tomou posse, em 7 de agosto, o novo desembargador do TRT do Paraná. Acompanhado da esposa e das duas filhas, o ex-procurador do Trabalho Ricardo Tadeu Marques da Fonseca emocionou-se ao firmar compromisso no novo cargo público. O desembargador assumiu o cargo na vaga destinada pelo quinto constitucional ao Ministério Público do Trabalho, antes ocupada pela desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva. **p.3**

Justiça do Trabalho instala Vara Itinerante de Goioerê

A Justiça do Trabalho do Paraná instalou, em 10 de agosto, a Vara Itinerante de Goioerê, unidade que também passa a atender a outros sete municípios da região. A Vara está vinculada à VT de Campo Mourão. Por funcionar em sistema de itinerância, onde servidores e um juiz se deslocam de Campo Mourão em dias marcados para a realização de audiências, os autos serão armazenados na unidade de Campo Mourão. **p.4**

Nesta Edição

- Semana de Conciliação de 14 a 18 de setembro **p.2**
- Concurso para juiz do Trabalho aprova 13 na quarta etapa **p.4**
- Escola Judicial realiza oficina sobre trabalho escravo **p.8**
- Evento: Responsabilidade Social e Sustentabilidade **p.10**

Semana Nacional de Conciliação será voltada ao atendimento da Meta 2 do CNJ

Jussara Elisa

O TRT do Paraná participa, de 14 a 18 de setembro, da "Semana Nacional de Conciliação - Meta 2". As estratégias para a mobilização foram apresentadas no "II Workshop dos Gestores Nacionais das Metas de Nivelamento", realizado em Brasília, nos dias 5 e 6 de agosto. A proposta do Conselho Nacional de Justiça é identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos até 31/12/2005 em primeiro e segundo graus, bem como nos tribunais superiores.

O gestor da Meta 2 e coordenador da semana na Justiça do Trabalho do Paraná, juiz Daniel Roberto de Oliveira, participou do segundo dia do evento, aberto pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministro Gilmar Mendes. "Apelo a todos os senhores para que sejamos criativos neste esforço de conscientização, porque estamos fazendo justiça aos carentes de justiça", ressaltou o ministro.

A conselheira do CNJ Morgana de Al-

meida Richa (juíza titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba) falou para gestores, coordenadores e assessores de Comunicação Social do Judiciário. "Devemos contribuir para a efetividade da Meta 2, dando a conhecer aos profissionais da área jurídica a importância do movimento", afirmou. Segundo a magistrada, a expectativa do Conselho é no sentido de que a semana, em setembro, supere os resultados anteriores do Movimento pela Conciliação, iniciado em 2006.

■ ESTRATÉGIA NA 9ª REGIÃO

No dia 21 de agosto, os desembargadores do TRT-PR Rosalie Michaela Bacila Batista (presidente) e Altino Pedrozo dos Santos (gestor das 10 Metas de Nivelamento) e os juízes José Aparecido dos Santos (diretor do Fórum Trabalhista de Curitiba) e Daniel Roberto de Oliveira reuniram-se para definição de estratégia da 9ª Região, voltada ao atendimento à Meta 2 do CNJ.

A Presidência do Tribunal enviou

ofício a todos os juízes do Trabalho do Paraná - titulares e substitutos - concludando-os para adesão ao movimento de setembro. É sugerido que os processos em trâmite que foram ajuizados até 31 de dezembro de 2005 sejam incluídos na pauta de audiência de cada Vara na semana de conciliação. Os magistrados de Curitiba poderão optar pela audiência na própria unidade judiciária ou envio dos processos para o Juízo de Conciliação de 1º Grau, que fará um mutirão na "Semana de Conciliação - Meta 2".

■ PROCESSOS EM TRÂMITE

No dia 26 de agosto, tramitavam em Varas do Trabalho do Paraná 524 processos ajuizados até 31 de dezembro de 2005. Desse total, 283 estavam no Fórum de Curitiba. Segundo o juiz Daniel de Oliveira, a pauta de audiências do JAC 1 depende do número de processos que serão enviados à unidade. "Se for necessário, haverá audiências pela manhã e à tarde", informou. ■



Mesa do segundo dia do workshop, que foi aberto pelo ministro Gilmar Mendes (presidente do STF e do CNJ). Ao lado direito do magistrado Gilmar, a conselheira Morgana Richa



A partir da esquerda, os magistrados Daniel Roberto de Oliveira, José Aparecido dos Santos, Rosalie Bacila Batista e Altino Pedrozo dos Santos

NONA

Publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michaela Bacila Batista. **Vice-Presidente e Ouvidor-Geral:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins.

Assessora de Comunicação Social e Jornalista Responsável: Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** Flaviane Galafassi, Jussara Elisa, Luiz Munhoz e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Inara Passos, Jussara Elisa e Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Jussara Elisa, Rose Montes e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola. **Tiragem:** 500 exemplares. **Impressão:** Gráfica Radial Ltda.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 147 - 6º andar - Curitiba - Paraná Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9jus.br

Desembargador Ricardo da Fonseca assume cargo no TRT da 9ª Região



Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca durante seu discurso de posse, no dia 7 de agosto

Flaviane Galafassi

A emoção marcou a posse do novo desembargador do TRT do Paraná, no dia 7 de agosto, em Curitiba. Acompanhado da esposa e das duas filhas, o ex-procurador do Trabalho Ricardo Tadeu Marques da Fonseca emocionou-se ao firmar compromisso no novo cargo público que assume. “Que eu possa fazer jus a essa honra que me foi dada por esse glorioso Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região”, afirmou em seu pronunciamento.

A trajetória acadêmica do empossado, iniciada na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), onde se formou, até alcançar o doutorado, foi elogiada nos discursos de magistrados, procuradores e advogados. Foi destacada também sua atuação nos últimos anos como membro do Ministério Público e o sonho de en-

trar na magistratura, obstado na primeira tentativa por uma banca de concurso em São Paulo, sob o argumento de que não poderia ser juiz por ser cego. “Recebê-lo



Magistrados, procuradores, advogados, servidores e demais convidados no ato de posse

é algo de que este Tribunal pode se orgulhar. É sentimento coletivo, que sua composição colegiada compartilha, de estar se enriquecendo de humanismo, de conhecimento jurídico, de experiência de vida”, ressaltou a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista.

O desembargador assumiu o cargo na vaga destinada pelo quinto constitucional ao Ministério Público do Trabalho, antes ocupada pela desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva, que se aposentou em janeiro último. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca atuou na Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, integrando o Ministério Público do Trabalho desde 1991.

A cerimônia de confirmação da posse do desembargador será em 17 de setembro. ■

Reuniões prévias auxiliam conciliação de dissídios coletivos

O vice-presidente do TRT do Paraná, desembargador Luiz Eduardo Gunther, acolheu nova metodologia voltada à conciliação em dissídio coletivo. A inovação já teve resultados positivos nos meses de julho e agosto deste ano. A prática, sugerida pelas partes, constitui-se na realização de reuniões separadas entre o TRT-PR e o MPT com advogados, susciantes e suscitadas. Após, as conclusões obtidas em cada reunião são levadas a audiência para que ambas as partes pronunciem-se e decidam se haverá acordo. No Dissídio Coletivo com Greve 00546-2009-909-09-00-9 houve quatro audiências de conciliação e instrução, sendo nas duas últimas realizadas reuniões entre as partes em salas apartadas. Em 23 de julho, após as reuniões, o acordo coletivo foi firmado. Da mesma forma, o DC 00595-2009-909-09-00-1 teve êxito no resultado, colocando fim ao movimento grevista. Na segunda audiência, em 12 de agosto, quando houve reunião do TRT e do MPT com as partes e advogados de suscitante e suscitada em separado, ambas se compuseram, ficando acordado que informariam o resultado de futura mediação ao Ministério Público do Trabalho quanto ao banco de horas.

■ Jussara Elisa

Justiça do Trabalho do Paraná instala Vara Itinerante de Goioerê



Vara do Trabalho Itinerante de Goioerê, vinculada à VT de Campo Mourão, foi instalada em 10 de agosto

Flaviane Galafassi

A Justiça do Trabalho do Paraná instalou, em 10 de agosto, a Vara Itinerante de Goioerê, unidade que também passa a atender a outros sete municípios da região. A solenidade coincidiu com o 54º aniversário da emancipação política de Goioerê.

“É um presente para todos nós, pois a presença da Justiça do Trabalho em Goioerê

é resultado da união de todos”, lembrou o prefeito do município, Luiz Roberto Costa.

Durante a solenidade, o desembargador Altino Pedrozo dos Santos, representando a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho, enfatizou a importância da Vara Itinerante para atender a demanda regional. “A unidade é um marco histórico, pois dá efetividade aos direitos fundamentais do cidadão, que são o acesso

à Justiça e a celeridade processual”, disse o desembargador.

A Vara Itinerante de Goioerê está vinculada à VT de Campo Mourão. Por funcionar em sistema de itinerância, onde servidores e um juiz se deslocam de Campo Mourão em dias marcados para a realização de audiências, os autos serão armazenados na unidade de Campo Mourão. O atendimento no prédio da Justiça do Trabalho de Goioerê será realizado apenas nos dias de audiências, estando as primeiras já agendadas para 2 e 3 de setembro. “Atualmente, 30% dos processos ingressados na Vara do Trabalho de Campo Mourão são originados pelos municípios atendidos pela Vara Itinerante. Com a presença de uma unidade em Goioerê, essa demanda pode aumentar”, informou o titular da VT de Campo Mourão, juiz Jorge Luiz Soares de Paula.

Além de Goioerê, também serão atendidos na unidade os municípios de Moreira Salles, Quarto Centenário, Rancho Alegre do Oeste, Juranda, Ubiratã, Campina da Lagoa e Nova Cantu. ■

Crédito imobiliário

O TRT-PR e a Caixa Econômica Federal celebraram, em 29 de julho, termo aditivo ao acordo de cooperação de crédito imobiliário anteriormente firmado. Dentre os novos diferenciais para os usuários dos serviços da Caixa, constam a redução da taxa de juros a 8,2% ao ano, para operação enquadrada no Sistema Financeiro da Habitação e a 10,5%, para financiamentos fora do SFH. A manutenção de juros mais baixos está vinculada ao pagamento mediante débito em conta na Caixa, cartão de débito, cheque especial e crédito de salário no banco. Para servidores sem relacionamento com a Caixa, a taxa de juros é de 8,4% ao ano para operações enquadradas no SFH e 11,0% fora desse sistema. O termo aditivo mantém a porcentagem máxima (25%) de comprometimento da renda familiar comprovada para magistrados e servidores (em atividade, aposentados e pensionistas). O imóvel pode ser residencial novo, usado, na planta ou de construção isolada. Para quem possui relacionamento com a Caixa (conta corrente, cheque especial e cartão de crédito) que já receba ou opte pelo crédito de salário na Caixa, existe a possibilidade de até 100% de financiamento ou carência de 6 meses, com prazo máximo contratual de 30 anos.

■ Luiz Munhoz

Treze candidatos vão à última etapa do concurso para juiz substituto

O Tribunal do Trabalho do Paraná divulgou no final de agosto a lista dos aprovados na quarta etapa de seu 22º Concurso Público para o provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto. Com notas iguais ou superiores a cinco, foram selecionados 13 dos 27 candidatos habilitados na terceira fase. A classificação final do certame será definida com a realização da última fase, que consiste na avaliação dos títulos dos postulantes aos sete cargos em aberto na Justiça do Trabalho paranaense. Mais de 2 mil candidatos se inscreveram ao concurso, iniciado em abril deste ano, e cujas quatro primeiras etapas consistiram em exames de conhecimentos gerais, conhecimentos específicos, elaboração de sentença e prova oral.

■ Flaviane Galafassi

Turmas do Tribunal do Trabalho do Paraná refletem metas regionais

Rossana Tuoto

A conjugação de esforços para resultados comuns institucionais se faz sentir nas cinco Turmas do Tribunal do Trabalho do Paraná.

O TRT é reconhecido como referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista.

A efetiva prestação jurisdicional insere-se na missão do TRT-PR: solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão.

Dados estatísticos da movimentação processual de janeiro a julho de 2009, em comparativo com o mesmo período do ano passado, comprovam que no total as Turmas apresentam situação muito semelhante.

Os desembargadores federais do Trabalho Rosemarie Diedrichs Pimpão e Arnor Lima Neto, presidentes das 2ª e 4ª Turmas, respectivamente, atribuem o maior número de julgamentos até julho de 2009, em relação ao mesmo período

de 2008, à intensa discussão prévia dos temas jurídicos nas Turmas, o que acaba por levar à uniformização de julgamentos com a prevalência do entendimento da maioria, resultando, portanto, em agilidade nas pautas de julgamento. ■



Desembargador Ubirajara Carlos Mendes
Presidente da 1ª Turma



Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão
Presidente da 2ª Turma



Desembargador Marco Antônio Vianna Mansur
Presidente da 3ª Turma



Desembargador Arnor Lima Neto
Presidente da 4ª Turma



Desembargadora Eneida Cornel
Presidente da 5ª Turma

TRT-PR celebra 33 anos, ratifica posse de desembargador e instala VT em Londrina

Jussara Elisa

Será realizada, em 17 de setembro, sessão solene de celebração do 33º aniversário de instalação do Tribunal do Trabalho da 9ª Região, ocasião em que se ratificará a posse do desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca. As cerimônias acontecem no plenário do Tribunal, na sobreloja do prédio 147 da Avenida Vicente Machado.

A programação inclui recital de piano

com o servidor Alexandre Vogelsander Hungria de Camargo, que interpretará obras clássicas, e homenagem à desembargadora aposentada Wanda Santi Cardoso da Silva (ex-presidente do TRT-PR).

Os 33 anos do Tribunal também serão celebrados em Londrina, logo após a instalação da 7ª Vara sediada na cidade. A solenidade será às 18 horas de 21 de setembro, no Boulevard Higienópolis Residence & Hotel (Av. Higienópolis, 199). Na

oportunidade, haverá apresentações da Orquestra Sinfônica da Universidade Estadual de Londrina, da solista Alexandra Banachi interpretando os hinos Nacional e de Londrina e de percussionistas da Oficina de Taiko da Escola Megumi. Esta última terá regência do professor Rodrigo Sakuma.

A instalação da VT acontece uma hora antes, na sede do Fórum Trabalhista de Londrina (Av. São Paulo, 294 - 1º andar). ■

Instalada a 1ª Vara do Trabalho do Paraná com funcionamento eletrônico

Flaviane Galafassi

Foi instalada, em 24 de agosto, a 21ª Vara do Trabalho de Curitiba - a primeira Vara com funcionamento eletrônico da Justiça do Trabalho do Paraná. A solenidade contou com a presença de magistrados, advogados, procuradores do Trabalho e servidores, em cerimônia que lembrou a importância histórica do ato, por dar início a uma nova era na Justiça. "Assim como um dia a máquina de escrever deu lugar ao computador pessoal; a fotocópia cedeu espaço ao scanner; a publicação em Diário Oficial impresso ficou-se ao Diário Eletrônico; e o manuseio do caderno processual rendeu-se à consulta pela internet, será a vez do papel curvar-se à digitalização. Entrega jurisdicional célere, preservação do meio ambiente e economia para o Poder Público, partes e

advogados: eis a tríade que resume este ato de instalação", afirmou a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista.

A 21ª Vara do Trabalho de Curitiba funcionará como laboratório para a instalação de outras duas Varas, também em Curitiba, em 18 de setembro. "O processo eletrônico começa a ser implantado nas novas Varas do Trabalho, que iniciam suas atividades sem papel, mas a proposta é, aos poucos, estender o sistema a todas as Varas da capital e também de outras cidades do Estado", informou o coordenador do projeto



Corregedor Ney José de Freitas e o representante da OAB-PR, advogado Aramis de Souza Silveira

de implantação das Varas com funcionamento eletrônico, juiz Bráulio Gabriel Gusmão. Ele acrescenta que o processo eletrônico na Justiça do Trabalho do Paraná também objetiva o cumprimento da meta 10 do CNJ.

Os processos serão encaminhados à 21ª Vara de Curitiba por meio do Serviço de Distribuição dos Feitos da capital. Para advogados e partes atuarem neles, será necessário o uso da certificação digital, que pode ser adquirida junto a um órgão emissor do certificado. Quem não possuir assinatura eletrônica poderá atuar nos processos, porém sem as vantagens que o sistema proporciona, como petição em 24 horas e consulta via internet, sem necessidade de deslocamento à sede da unidade. Para protocolar sem assinatura digital, ou consultar os autos, é necessário ir até a sede da Vara, onde os documentos em papel serão digitalizados, ou fazer a "carga" do processo copiando o documento no formato PDF, pois não haverá processo em papel para ser transportado. ■



Desembargadores e juizes após a solenidade de instalação da 21ª VT de Curitiba

Desembargador Ney José de Freitas será integrante da ANDT

O desembargador Ney José de Freitas, corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, será empossado, no dia 19 de outubro, às 17 horas, como integrante da Academia Nacional de Direito do Trabalho, instituição fundada há 30 anos e que tem por finalidade o estudo do Direito do Trabalho, o aperfeiçoamento e a difusão da legislação trabalhista. O ato acontece durante o evento "Responsabilidade Social e Sustentabilidade - Cidadania e Justiça", no Hotel Deville-Rayon, em Curitiba (reportagem completa sobre o assunto na página 10 desta edição do Nona). O magistrado foi eleito para a cadeira 50 da ANDT, em setembro de 2008.

■ Jussara Elisa

Programa de capacitação de servidores para o Processo Eletrônico

Piloto de uma série de cursos, simpósios e palestras

Jussara Elisa

Foi realizado, de 17 a 21 de agosto, o programa de formação inicial - módulo básico - de capacitação de servidores para o Processo Eletrônico, com vistas à implantação das 21ª, 22ª e 23ª Varas da 9ª Região da Justiça do Trabalho.

Piloto de uma série de cursos, simpósios e palestras, o evento foi aberto pela presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista. A magistrada lembrou que, com as Varas funcionando eletronicamente, há alterações nas atividades diárias. "Nós vamos mudar a forma de trabalhar. Não estamos mais setorizados em cada parte do processo. Nós temos que ver o processo como um todo."

Em seguida, o desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, presidente da Comissão de Informática do TRT-PR, falou sobre "O processo judicial eletrônico e a mudança de paradigma". O coordenador do programa de implantação das Varas do Trabalho, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, abordou os temas "Workflow - novas formas de organização do trabalho para o processo eletrônico", "Certificação digital" e "Visão sistêmica do processo".

Houve videoconferência com o juiz do Trabalho Lindinaldo Silva Marinho, da



A presidente Rosalie Batista abriu o programa de capacitação de servidores para o processo eletrônico

13ª Região da Justiça do Trabalho (Paraná), que enfocou "Os impactos do processo eletrônico sobre as rotinas de trabalho em secretaria de Vara do Trabalho". Também pelo sistema de videoconferência, o desembargador Cláudio Brandão, do TRT da 5ª Região (Bahia) falou sobre "Processo judicial eletrônico". Cada apresentação foi seguida de debates.

O desembargador Ubirajara Carlos Mendes abordou o processo eletrônico e os sistemas SUAP, e-Julg e e-Gab. Em

seguida, a assessora de seu gabinete, servidora Cristina Maria Navarro Zornig, proferiu palestra sobre o tema "Como gerenciar pessoas e novas formas de organização do trabalho com o advento do processo judicial eletrônico".

Servidores da Secretaria de Informática e diretores de secretaria de Varas do Trabalho participaram como instrutores, apresentando telas de gerenciamento do SUAP e atividades práticas com processos eletrônicos simulados. Servidores

da Secretaria de Recursos Humanos e da Escola Judicial interagiram com os treinandos, com atividades na área comportamental e trabalhos em grupo, voltados à visão sistêmica, à motivação e à energia para o trabalho.

A professora Eunice Tokars proferiu palestra educativa sobre ergonomia. Nesse sentido, fisioterapeutas realizaram ginástica laboral diariamente. Aconteceu visita aos Serviço de Gestão Documental, local onde são digitalizados documentos da Justiça do Trabalho na capital. ■



Desembargadores, juizes e servidores na abertura do programa de capacitação

Escola Judicial do TRT-PR sedia oficina sobre trabalho escravo

Rossana Tuoto

A Escola Judicial do TRT do Paraná reuniu, em 21 de agosto, magistrados e procuradores do Trabalho em torno de temática sobre o combate ao trabalho escravo contemporâneo.

Reflexões conjugadas a determinantes ações compuseram a “Oficina sobre trabalho escravo e a efetividade da jurisdição na prevenção e sanção à sua ocorrência”, que no Paraná deu continuidade a execução do “2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo”, produzido pela Conatrae – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, órgão colegiado vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. O Plano contém 76 ações, cuja responsabilidade de execução é compartilhada por órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, entidades da sociedade civil e organismos internacionais.

O evento foi promovido pela Escola Judicial TRT-PR e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, com o apoio da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região e da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná.

“Tenho certeza de que esta oficina será produtiva, para conhecimento da realidade social, identificação de estratégias preventivas, fiscalizadoras, repressivas e punitivas a uma prática que afronta os ditames mais caros do Direito Natural, do Direito Constitucional e do Direito do Trabalho”, enfatizou a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista.

O juiz do Trabalho da 15ª Região (sediado em Campinas-SP), Marcus Menezes Barberino Mendes, coordenador da parceria que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos estabeleceu com a Justiça do Trabalho de todo o país para combater o trabalho em condições análogas à escravidão, abriu os trabalhos da oficina apresentando o jornalista Leonardo Sakamoto, coordenador da organização não governamental “Repórter Brasil” e seu representante na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho



José Armando Fraga Diniz Guerra (suplente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República na Conatrae), o procurador Ricardo Bruel da Silveira (chefe em exercício da PRT-PR), as desembargadoras Rosalie Batista (presidente do TRT) e Rosemarie Pimpão (diretora da EJ) e o juiz Bráulio Gusmão (então presidente da Amatra-IX)

Escravo (Conatrae).

Sakamoto detalhou assunto do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Apresentou mapa regionalizado das situações (a maior parte no Pará e Mato Grosso, onde pastagens e lavouras empurram os limites da Amazônia), mas destacou que não é uma questão regional, pois em diversos outros Estados, inclusive no Paraná, persistem casos de trabalho em condições indignas e degradantes, análogas a trabalho escravo, conforme define o art. 149 do Código Penal.

O jornalista relatou a atuação do grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego frente a trabalhadores na colheita de cebola, em vila a cerca de 15 km de Irati, onde o reflorestamento de pinus era até então o principal alvo. Ainda, por meio de denúncias ao Ministério Público do Trabalho, foram descobertos trabalhadores em tais condições em balsas que navegam no leito do Rio Tibagi, em Telêmaco Borba e outros que atuavam na colheita de erva-mate em Bituruna, todos municípios do Paraná.

Enfatizou as atividades econômicas onde mais se constata trabalho escravo e degradante (soja, cana, siderurgia, mineração, extração vegetal e pecuária), citando também o trabalho escravo urbano e doméstico existente. Mencionou a chamada “Lista Suja” do trabalho escravo (Portaria 540/2004, do Ministério do Trabalho e Emprego), onde constam os nomes de empregadores e proprieda-

des rurais autuadas por exploração de trabalho escravo e com decisão administrativa definitiva, sendo um meio de coerção, uma vez que o governo veda financiamento público a pessoas físicas e jurídicas que tenham sido condenadas administrativamente por essa prática. Informou ainda as restrições comerciais impostas às empresas identificadas na cadeia produtiva como beneficiárias de mão-de-obra escrava, o que tem levado o empresariado a checar, com rapidez, quais fazendas devem ser suspensas das listas de fornecedores. Acrescentou a necessidade de conscientização coletiva da sociedade, no sentido inclusive de não consumir produtos que tenham em sua cadeia produtiva esse tipo de exploração do trabalhador.

O juiz Leonardo Vieira Wandelli (9ª Região) expôs o tema “suporte normativo e conceitual do combate ao trabalho escravo contemporâneo”. Lembrou algumas vertentes da escravidão contemporânea, como o assédio moral, as práticas gerenciais degradantes e as jornadas exaustivas de trabalho.

A juíza do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt reportou-se à evolução histórica dos direitos humanos e às convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho.

Estudo de caso sobre a atividade econômica em rede e os desafios para a jurisdição foi exposto pelos juízes Marcus Bar-

berino (15ª Região) e Jônatas dos Santos Andrade, da 8ª Região (Pará e Amapá).

A procuradora Débora Tito, do Ministério Público do Trabalho de Pernambuco, afirmou que o trabalho conjunto dos procuradores e auditores fiscais do

Trabalho deve sensibilizar o Judiciário e a sociedade para a questão.

A juíza do Trabalho Maria da Graça Bonança Barbosa (15ª Região) propôs que as multas nos processos sejam revertidas para programas sociais e ambientais,

ao invés do FAT. “Temos que dar efetividade ao direito, fazer que as sentenças se tornem uma reparação à sociedade, com inteligência e ousadia”. Durante a oficina foi exibido o documentário “Aprisionados por Promessas.” ■



Servidor Nélio Pinto de Carvalho

Segurança institucional do TRT-PR

Jussara Elisa

Segurança é uma das preocupações de Nélio Pinto de Carvalho, servidor da Justiça do Trabalho do Paraná desde fevereiro de 1980 e lotado na VT de Irati há mais de 15 anos. Sua atividade inicial foi como agente de segurança judiciário - cargo para o qual prestou concurso, sendo aprovado em terceiro lugar.

Após 47 dias de curso de aperfeiçoamento em defesa pessoal, pela Secretaria de Segurança Pública (Escola de Polícia Civil do Paraná), no qual obteve nota média de 94,1 em 100 possíveis, Nélio passou a atuar na segurança de edifícios da Justiça do Trabalho em Curitiba, primeiramente na antiga sede da Rua Ébano Pereira e depois no prédio 400 da Rua Vicente Machado. Fazia parte de sua rotina evitar que houvesse contato de testemunhas com as partes, filtrar indivíduos estranhos às unidades judiciárias e até mesmo intervir quando os ânimos entre as partes se exaltavam, “funções estas que sempre foram por nós, da segurança, desempenhadas de maneira satisfatória”,

lembra. Posteriormente o cargo para o qual fez concurso foi extinto no TRT da 9ª Região e Nélio passou a atuar em outra área. Hoje, com o retorno do cargo, diz estar preparado para a atividade. “Esperamos, nós agentes de segurança, voltar a desempenhar nossa função que, a meu ver, é de extrema importância e valia, até por uma questão de se preservar a boa imagem que reveste um Tribunal Federal e a segurança de seus juízes e servidores”.

Segundo Nélio, para um bom trabalho, no amplo sentido da palavra segurança e em todos os seus segmentos, “é de vital importância e fundamentalmente necessário que seja verificada a diferença entre as funções desempenhadas pelo agente de segurança e as do vigilante, que são totalmente diferentes; o segundo passo, seria a triagem para saber quantos e quais agentes estariam aptos a exercer a função”. Ele acrescenta que, após selecionados os agentes, “aí, sim, deve ser providenciado o curso de preparação e atualização para cada cargo”.

O servidor apresenta sua definição

para o encargo da segurança: “É a visão antecipada a qualquer ocorrência contrária aos bons costumes, é evitar a exposição de riscos à vida de pessoas de bem e socialmente úteis ao bom andamento do trabalho, bem como a proteção importante do patrimônio público. Segurança é função especial, como o médico cirurgião, o bombeiro, o policial, ou o profissional da aviação. É coisa de sangue. Acho que aqueles que se encontram em tais profissões apenas porque não tiveram outra opção, nunca serão bons no cumprimento de suas atribuições.” ■



Servidor Nélio Pinto de Carvalho

Convênio com livrarias da Caixa de Assistência dos Advogados

O TRT paranaense firmou convênio com a Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná para que magistrados e servidores da Justiça do Trabalho paranaense possam adquirir obras e publicações jurídicas comercializadas nas livrarias da CAA/PR, nas mesmas condições oferecidas a advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná. Para obter o desconto acordado, é necessária a apresentação de carteira funcional a cada compra.

■ Jussara Elisa

Varas do interior arrecadam livros para doação

Unidades judiciárias de Guarapuava, Cornélio Procópio e Ponta Grossa têm organizado programas de arrecadação de livros para doação, com vista a incentivar a leitura. Está em andamento, até 30 de setembro, a “Campanha de Arrecadação de Livros da Justiça do Trabalho de Guarapuava”, com o slogan: “Doe seu livro, ele ainda tem muita história pra contar”. A Vara de Cornélio Procópio, em continuidade ao Movimento Cornélio Solidária, aderiu ao Projeto “Livro de Rua”, alocando as doações na sala de espera da unidade judiciária, o que possibilita acesso à cultura e ao lazer. A 3ª VT de Ponta Grossa entregou à Biblioteca Municipal da cidade 140 livros (didáticos, de literatura, CLTs, códigos e outras obras jurídicas).

■ Jussara Elisa

Correição em varas do interior

Flaviane Galafassi

Em setembro, a Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho do Paraná realizará correição nas Varas do Trabalho de Bandeirantes, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Umuarama, Rolândia, Cambé, Arapongas, Apucarana e Porecatu.

Nessas localidades, além de verificar o andamento dos trabalhos nas Varas, Serviços de Distribuição de Feitos e Secretarias dos Fóruns, o corregedor regional, desembargador Ney José de Freitas, estará à disposição da comunidade. As audiências ocorrerão nos dias 1º em Bandeirantes, 2 em Jacarezinho e

3 em Santo Antônio da Platina, sempre a partir das 16h30. Em Umuarama, a correição será nos dias 9 a 11, com audiência pública às 16h do dia 11. Em Rolândia, audiência pública às 11h30 do dia 21; em Cambé, Arapongas, Apucarana e Porecatu, às 16h dos dias 22, 23, 24 e 25, respectivamente. ■

Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

O TRT do Paraná foi classificado em segundo lugar no 7º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, categoria Relacionamento com a Mídia, entregue em 4 de setembro, em São Luís (MA). O trabalho apresentado mostrou como o judiciário trabalhista paranaense se faz presente nos meios de comunicação, ao informar diariamente à sociedade sobre suas atividades. Entre os diferenciais apresentados pelo TRT-PR estão o uso de novas ferramentas de comunicação e uma postura próxima do judiciário à imprensa e à sociedade.

O primeiro lugar na categoria Relacionamento com a Mídia foi conferido ao Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão e o terceiro, para o Tribunal Superior Eleitoral.

■ O FÓRUM DE COMUNICAÇÃO

O prêmio é uma iniciativa do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), uma organização não-governamental e sem fins lucrativos voltada à promoção de debates e ações para aproximar as organizações públicas do cidadão. Lançado em 2003, o prêmio visa a contribuir para o aperfeiçoamento dos produtos e serviços das Assessorias de Comunicação a partir do destaque de experiências bem-sucedidas na área, reconhecendo e valorizando as práticas destinadas ao desenvolvimento da cidadania, à democratização das informações institucionais e à inclusão social, além de difundir pesquisas científicas e trabalhos acadêmicos com foco

na comunicação pública.

■ OUTROS PRÊMIOS

O TRT do Paraná também foi finalista em outras edições do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça. Em 2005, os vídeos do TRT-PR apresentados na TV Justiça ficaram em 3º lugar como melhor programa de TV. Naquele mesmo ano, o "Justiça do Trabalho Responde" obteve o 3º lugar como melhor programa radiofônico. Nas duas categorias, a vencedora foi a Procuradoria Geral da República. O "Justiça do Trabalho Responde" foi premiado, ainda, em 11 de dezembro de 2007, como finalista em evento da Anamatra de Direitos Humanos, em Brasília (DF). A participação deu-se no prêmio "Judiciário Cidadão". ■

Responsabilidade Social e Sustentabilidade

Jussara Elisa



De 19 a 21 de outubro, o TRT-PR realizará evento nacional sobre o tema "Responsabilidade Social e Sustentabilidade – Cidadania e Justiça", no Hotel Deville-Rayon, em Curitiba. O fórum está sendo organizado pela Comissão de Responsabilidade Social.

Segundo a desembargadora Ana Carolina Zaina, presidente da CRS, o objetivo do fórum é promover reflexões no tocante à responsabilidade socioambiental, com cerne na construção da cidadania, e propiciar ao público presente palestras que

versarão sobre as metas do milênio, sustentabilidade e inclusão social.

Dentre os palestrantes, o deputado federal Gustavo Fruet, o secretário de meio ambiente do Paraná, Lindsley Rasca Rodrigues, os desembargadores Marlene Suguimatsu (TRT-9ª), Georgenor Franco Filho (TRT-8ª) e Vladimir de Freitas (apresentado do TRF-4ª e presidente do Conselho Consultivo do CNJ). São convidados, ainda, Aldaci Coutinho (procuradora do Estado do Paraná), Margaret de Carvalho (procuradora do Trabalho), Mateus Bertoncini (promotor de Justiça no Paraná), o advogado José Dalegrave Neto e os professores Carlos Lessa, José Vieira, André Reid dos Santos e Ricardo Antunes, da Unicamp, além do vice-presidente do Instituto Ethos, Paulo Itacarambi.

Serão abordados temas como "Capital e sustentabilidade", "A Recomendação 11 do CNJ", "Solidariedade social e contrato", "Responsabilidade social das empresas na construção da sustentabilidade sócio-econômica do trabalhador cidadão", "O Estado, responsabilidade social e sustentabilidade", "Trabalho decente e suas implicações jurídicas", "Tributação em prol da sustentabilidade", "Instituto do Lixo - Um projeto ambiental de resgate social", "Responsabilidade social e cidadania empresarial", "Dimensão cultural e desigualdade social", "Política de gestão ambiental", "Probidade administrativa e cidadania", "A crise, as empresas e a manutenção dos empregos", "Agenda para uma nova economia: verde, inclusiva e socialmente responsável". ■

Desembargadora Rosalie Batista recebe comendas do TST e do TRT da 10ª Região

Jussara Elisa

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, recebeu, nos dias 11 e 31 de agosto, a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho e insígnia da Ordem do Mérito Dom Bosco, outorgadas, respectivamente, pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo TRT da 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins). Ambas as solenidades de entrega

ocorreram em Brasília.

A honraria do TST é concedida a personalidades por sua contribuição à Justiça e ao Direito do Trabalho, com atuação destacada como magistrados, membros do Ministério Público e legisladores, dentre outros. Indicada para a Ordem no grau "Grande Oficial", por iniciativa do ministro do TST Fernando Eizo Ono, a desembargadora teve a outorga aprovada pela unanimidade dos integrantes do

Tribunal Superior do Trabalho.

A indicação da presidente para receber a medalha do TRT da 10ª Região foi da desembargadora Flávia Simões Falcão, integrante daquele Regional. A insígnia destina-se a agradecer pessoas que tenham prestado relevantes serviços à Justiça do Trabalho, especialmente à 10ª Região e, por isto, tornam-se dignas de gratidão e admiração pelo Tribunal, que as aponta como exemplo à sociedade. ■



Ministro João Oreste Dalazen (ao centro) e os desembargadores Rosalie Batista e Ney José Freitas



A desembargadora Rosalie Batista recebendo a medalha das mãos do ministro Carlos Reis de Paula (TST - corregedor)



Magistrados Valéria da Rocha, Fernando Ono (TST), Marco Aurélio (STF), Rosalie Batista e Bráulio Gusmão

Desembargadora Rosemarie Pimpão será condecorada no TRT de Alagoas

A desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, do Tribunal do Trabalho do Paraná, receberá, na tarde do próximo 8 de setembro, em Maceió, comenda da Ordem do Mérito "Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge", no grau Grã-Cruz.

Outorgada anualmente pelo Tribunal do Trabalho da 19ª Região (Alagoas), a honraria visa a homenagear personalidades que se destacam no âmbito da Justiça e do Direito do Trabalho. Em 2009, além da diretora da Escola Judicial do TRT paranaense, são também distinguidos com a comenda, dentre outros, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes; o ministro do Tribunal Superior do Trabalho João Batista Brito Pereira e a presidente do Tribunal de Justiça alagoano, desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento.

Desembargador Edmilson de Lima é Cidadão Honorário de Ibaiti

Em 7 de agosto, o desembargador Edmilson Antonio de Lima recebeu o título de Cidadão Honorário de Ibaiti, outorgado pela Lei Municipal 515/2008. No registro fotográfico, a partir da esquerda, os magistrados Carlos Augusto Penteado Conte (então vice-presidente da Amatra-IX), Edmilson de Lima e Paulo Cordeiro de Mendonça (titular da 4ª VT de Maringá), que representou a Presidência do TRT na solenidade de entrega do título.





Síndrome de Burnout

Um tipo de estresse ocupacional muito estudado e comentado atualmente é o burnout, que pode ser caracterizado como uma reação prolongada do organismo aos estressores interpessoais e emocionais crônicos presentes no ambiente de trabalho. O termo burnout vem do inglês e significa “queimar até a exaustão”, e indica as consequências físicas, psicológicas e emocionais decorrentes da utilização de praticamente toda a energia pessoal. As ocupações cujas atividades envolvam muitos contatos com pessoas, geralmente de cunho emocional, são tidas como as de maior risco para a manifestação da síndrome. A literatura indica a presença do burnout em um número considerável de pessoas que atuam nas áreas da educação, da saúde, da segurança pública e em outros trabalhadores e profissionais liberais que lidam com pessoas.

A síndrome de burnout se caracteriza clinicamente pela presença de três fatores: a exaustão, a despersonalização e o sentimento de ineficácia profissional. A exaustão compreende uma sensação de esvaziamento afetivo e o esgotamento mental e físico. A pessoa acometida pela síndrome não dispõe mais de energias para desempenhar suas atividades laborais rotineiras. Enquanto a exaustão física pode prejudicar a realização de ta-

refas trabalhosas, a fadiga mental pode prejudicar a atenção para atividades mais complexas. A exaustão emocional abrange sentimentos de desesperança, solidão, depressão, raiva, impaciência, irritabilidade, tensão e diminuição de empatia, entre outros.

A despersonalização ocorre através de atitudes de distanciamento emocional em relação às pessoas, tanto àquelas a quem se deve prestar os serviços, quanto aos colegas de trabalho. Os contatos sociais tornam-se impessoais, desprovidos de afetividade e sentimentos, sendo possível a pessoa agir com descaso e rispidez em suas relações. A despersonalização gera no indivíduo uma reação negativa, insensibilidade ou até mesmo esquiva em relação a pessoas, sendo a presença destas muitas vezes desagradável e indesejada.

O sentimento de ineficácia profissional é visível, sobretudo, pela diminuição do envolvimento da pessoa com o trabalho. A realização pessoal com as atividades laborais diminui, o que gera insatisfação e impacto negativo sobre o desempenho profissional. Há um sentimento de descontentamento pessoal e o labor parece perder seu sentido.

Analisando esses três fatores de modo interdependente, percebe-se que a exaustão, que ocorre em reação às exi-

gências do meio ambiente, leva a pessoa à despersonalização, que, por sua vez, diminui a sua eficácia profissional.

Assim como nos casos de estresse ocupacional, acredita-se que características próprias do indivíduo podem estar associadas à manifestação ou não da síndrome de burnout, mesmo que em ocupações com grandes estressores emocionais e interpessoais. Os estudos indicam que pessoas competitivas, perfeccionistas, autoexigentes, impacientes, pessimistas e com baixa tolerância a frustrações são mais predispostas a apresentarem a síndrome. Portanto, para prevenir o burnout, além de se empreender estratégias para o enfrentamento dos estressores externos, é fundamental lidar de forma adequada com as fontes internas de estresse - ao gerenciar as emoções, ao monitorar e modificar padrões disfuncionais de pensamentos e ao avaliar a forma como são percebidas e interpretadas as situações do dia-a-dia. Ainda, se necessário, as pessoas não devem se furtrar de procurar auxílio ou orientação de um profissional da saúde. ■

Venício Fernando Moura é bacharel em Psicologia. Lotado no Serviço de Desenvolvimento Pessoal e Organizacional (SRH).

Encontros de saúde começam em outubro

A terceira edição dos Encontros Regionalizados de Saúde – Saúde & Estilo de Vida, promovidos pelo SEDESB (SRH), teve alterações em seu calendário em razão das precauções diante da gripe A H1N1. Em Curitiba está prevista a realização do evento em abril de 2010, em datas que serão oportu-

namente divulgadas. No interior do Estado, todos ocorrerão em 2009: 15 e 16 de outubro em Londrina, 22 e 23 de outubro em Maringá, 5 e 6 de novembro em Cascavel.

Estão programadas oficinas e palestras abordando temas como saúde e longevidade, espiritualidade nas organizações, co-

municação assertiva e *feedback*, felicidade, ética e meio ambiente. Os eventos contarão também com apresentações especiais na abertura e no encerramento, música regional de vários países com o grupo Terra Sonora e uma palestra / performance do mímico Everton. ■

Exposição marca o início dos trabalhos no Fórum de Maringá

Tiveram início em 17 de agosto as atividades na nova sede do Fórum Trabalhista de Maringá (Bairro Aeroporto). Na mesma data foi aberta a exposição de fotografias e poesias intitulada "Fotografando Poesia", das servidoras Edeni da Rocha (Teka) e Ivy Menon. A mostra, organizada pela diretora do Fórum, juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha, inaugura o espaço cultural do Fórum. As 40 fotografias são da servidora Teka, diretora do Serviço de Dados Funcionais da SRH. Ivy, que trabalha no Posto de Atendimento de Rio Negro, é autora das 40 poesias expostas. A exposição permanecerá até 17 de setembro de 2009. Está aberta ao público externo das 12 às 18 horas, de segunda-feira a sexta-feira, no hall de entrada do novo Fórum. ■ Jussara Elisa